

PRÁTICAS PARA PROMOVER A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL ENTRE AS CRIANÇAS DE CRECHES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.

Ana Maria Cervato-Mancuso¹

Tatiana Yuri Assao²

Resumo

Objetivo: Analisar as percepções e práticas sobre a alimentação de crianças de 2 a 4 anos, entre educadores de creches públicas do município de Jandira, São Paulo. **Métodos:** Utilizou-se o Discurso do Sujeito Coletivo, baseado na Teoria das Representações Sociais, permitindo a organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos por meio de entrevistas com educadores das creches públicas do município. **Resultados:** Para a maioria dos educadores, a alimentação saudável para crianças é aquela que contempla variedade e diversidade. Para promovê-la, utilizam diálogo e estímulos, como sentar ao lado da criança durante a refeição, deixá-las em companhia de outras que se alimentam melhor, utilizam da “camuflagem” dos alimentos e “chantagens” para efetivar o consumo. Citaram como atividades de sucesso, aquelas desenvolvidas em sala de aula, além da horta e atividades com degustação dos alimentos anteriormente apresentados. Os educadores sentiram-se capacitados para desenvolver estas atividades, pois trabalham há muito tempo com crianças e possuem experiências com filhos. Entretanto, descrevem a própria alimentação como não saudável. **Considerações Finais:** As percepções e práticas dos educadores acerca da alimentação para as crianças ainda demonstraram-se deficientes quando comparados aos parâmetros para promoção de práticas alimentares saudáveis para as crianças dessa faixa etária.

Palavras-chaves: Alimentação escolar; Alimentação saudável; Hábitos alimentares; Educação Nutricional.

Introdução

A promoção de uma alimentação e de práticas alimentares adequadas é de suma importância para o desenvolvimento dos indivíduos, portanto para a sobrevivência em boas condições de saúde. Procedimentos que não promovem práticas alimentares adequadas durante a infância, comprometem a adoção de hábitos adequados em idades avançadas (Davanço et al,2004).

Neste sentido, o ambiente escolar é um espaço estratégico para concretização de iniciativas de promoção da saúde, podendo ser utilizado para aplicação de programas, inclusive os de educação nutricional que devem consistir em processos ativos, lúdicos e interativos, que favoreçam mudanças de atitudes e das práticas alimentares (Santos, 2005)

¹ Professora Doutora do Departamento de Nutrição – Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

² Departamento de Nutrição – Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

(Schmitz, et al, 2008). Do mesmo modo a creche que inicialmente foi criada para atender as necessidades políticas e econômicas da sociedade, pode ser um ambiente educativo, estimulando o desenvolvimento das crianças (Pacheco e Dupret, 2004).

No Brasil, a procura por creches é grande. Somente no estado de São Paulo, em 2009 foram matriculadas cerca de 314.470 crianças em creches da rede municipal e estadual, urbana e rural, em período integral ou parcial (INEP, 2009), sendo que destas 3.696 pertenciam ao município de Jandira. Estas crianças participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que busca a promoção da alimentação saudável por meio do apoio financeiro ao município para aquisição de alimentos e é oferecido apenas às crianças do ensino público.

Na creche todo esse processo está ocorrendo num ambiente coletivo, onde a estruturação e a organização do espaço físico e dos objetos, bem como das ações dos adultos precisam ser pensadas de acordo com as necessidades das crianças, respeitando as diferenças individuais. Nesse sentido, o educador desempenha um papel fundamental enquanto mediador e promotor desse desenvolvimento (Soejima e Bolsanello, 2012). É o educador, utilizando diversas estratégias, quem ajuda as crianças no momento da refeição e é sua a responsabilidade pelo desenvolvimento do tema e melhoria da alimentação (Bassedas et al, 1999) (Davanço et al, 2004). Para isso, deve possuir conhecimentos e habilidades sobre a promoção da alimentação saudável, procurando incorporá-la ao seu fazer pedagógico (Castro e Souza, 2011).

O objetivo deste estudo foi identificar e destacar as práticas frequentemente adotadas pelos educadores, considerando a sua formação, para promover a alimentação saudável de crianças de 2 a 4 anos de instituições públicas do município de Jandira, no estado de São Paulo, Brasil.

Métodos

O presente trabalho foi realizado no município de Jandira, localizado no estado de São Paulo, Brasil. Jandira possui uma população estimada em 110.325 habitantes, distribuída em aproximadamente 18 km² de extensão (Prefeitura do Município de Jandira, 2009).

A população estudada constituiu-se de educadores (n= 78) que atuavam nas oito instituições de educação infantil de crianças de 2 a 4 anos, sob administração direta da prefeitura do município.

Esses profissionais foram categorizados em educadores com formação e educadores sem formação específica na área de educação. Os educadores com formação específica eram aqueles que cursavam ou haviam concluído o curso técnico em magistério ou curso superior em pedagogia. Enquanto aqueles sem formação específica eram profissionais que cursavam ou que já haviam concluído o ensino fundamental, médio ou curso superior em outras áreas.

Para a coleta dos dados, utilizou-se a entrevista individual, baseada em um roteiro semi-estruturado desenvolvido para este estudo, a qual possibilitava o sujeito entrevistado expor suas opiniões sobre a promoção da alimentação saudável das crianças, sem respostas estabelecidas. Estas entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas.

A partir do material transcrito, analisou-se segundo o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (Lefèvre e Lefèvre, 2006), técnica baseada na teoria das Representações Sociais (Jodelet, 2001).

O DSC constitui-se de um recurso metodológico que permite uma forma não-matemática e nem metalingüística de representar o pensamento de uma coletividade, ou seja, uma dada representação social (Lefèvre e Lefèvre, 2005). Desta forma, a partir do material obtido nas entrevistas, identificaram-se as figuras metodológicas: expressões-chave (E-Chs) e idéias-centrais (ICs) que equivale às categorias de discursos.

Nessa técnica, uma dada amostra pode gerar um número variado de posicionamentos, cada indivíduo pode proferir mais de uma idéia, ou seja, um número variado de EChs e ICs, que não será semelhante ao número de participantes da pesquisa.

Os resultados quantitativos expressos em porcentagem, referem-se ao número de respostas de pessoas que contribuíram com aquela determinada IC (Lefèvre et al., 2010). Desta maneira, os dados apresentados nos gráficos se referem mais precisamente, à frequência das idéias, das expressões, classificadas em diferentes ICs. Considerando que estas pessoas foram categorizadas naquelas com formação e aquelas sem formação específica, o conjunto das contribuições (100% das EChs) foi dividida entre essas duas categorias e conteúdo temático (ICs).

Em todas as etapas da pesquisa, respeitou-se os princípios éticos fundamentais que norteiam pesquisas envolvendo seres humanos, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e autorizado pelo Departamento de Educação Infantil do município de Jandira, São Paulo.

Resultados

No total foram encontradas 90 E-Chs que resultaram em 10 ICs, identificadas na Tabela 1, de IC-A até IC-J. Destas verificou-se que 35,5% pertenciam aos profissionais que possuíam formação específica e 64,5% dos que não possuíam formação específica.

Tabela – Distribuição nominal e proporcional das ideias centrais da amostra segundo categorias de conteúdos temáticos

Ideia Central	Conteúdo temático	Número de E-Chs	Proporção (%) (grupo com formação específica)	Proporção (%) (grupo sem formação específica)
IC-A	Por meio da conversa, sentando ao lado, brincando, insistindo	33	14,4	22,2
IC-B	Oferecendo outros alimentos	12	1,1	12,2
IC-C	Incentivando a comer com as outras crianças	9	2,2	7,8
IC-D	Conversando com os pais, é um trabalho em conjunto	9	4,5	5,6
IC-E	Oferecendo o alimento na boca	8	4,5	4,5
IC-F	Não tem muito o que fazer, acabam aceitando a comida por conta do tempo	7	2,2	5,6
IC-G	Misturando a comida	5	2,2	3,3
IC-H	Trabalhando com projetos sobre alimentação	3	3,3	0
IC-I	Respeitando os horários certos de comer	3	1,1	2,2
IC-J	Fazendo um pouco de chantagem	1	0	1,1
Total por grupo			35,5	64,5
Total		90		100

Quando comparadas as ICs entre os grupos, as dos profissionais com formação específica contribuíram com uma parcela menor em relação ao outro grupo, com exceção da IC-H (Trabalhando com projetos sobre alimentação) e IC-E (Oferecendo o alimento na boca), conforme Figura 1. Isto porque entre os 78 participantes, os educadores com formação específica eram em menor número, ou seja, proporcionalmente o grupo contribuiu com menor número de ideias. Entretanto, considerando a metodologia utilizada, isto não torna as representações menos significantes.

Verificou-se, como mostra a Figura 1, que entre os profissionais com formação específica, as ideias mais presentes foram IC-A (*Por meio da conversa, sentando do lado, brincando, insistindo*), IC-D (*Conversando com os pais, é um trabalho em conjunto*), IC-E (*Oferecendo o alimento na boca*), IC-H (*Trabalhando com projetos sobre alimentação*). Enquanto no grupo dos educadores sem formação específica foram IC-A (*Por meio da conversa, sentando do lado, brincando, insistindo*), IC-B (*Oferecendo outros alimentos*), IC-C (*Incentivando a comer com as outras crianças*), IC-D (*Conversando com os pais, é um trabalho em conjunto*) e IC-F (*Não tem muito o que fazer, acabam aceitando a comida por conta do tempo*). Ressalta-se que apesar de aparecerem em frequências diferentes, grande parte das ICs estiveram presentes nos dois grupos.

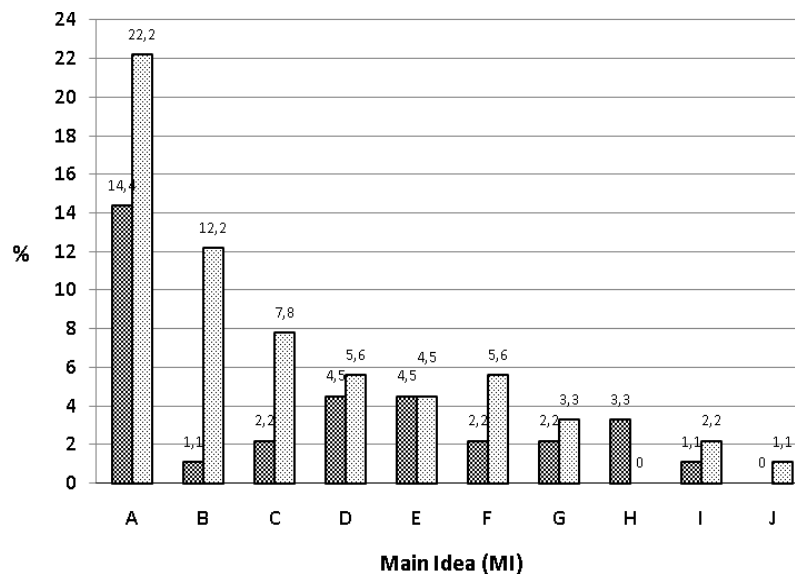


Figura 1 - Distribuição da proporção (%) das ICs referentes às práticas de promoção à alimentação saudável realizadas pelos educadores. Jandira, 2006.

Fonte: Creches públicas do município de Jandira, São Paulo, 2006.

- Formação específica
- Formação não específica

IC-A: Por meio da conversa, sentando ao lado, brincando, insistindo.

IC-B: Oferecendo outros alimentos.

IC-C: Incentivando a comer com as outras crianças.

IC-D: Conversando com os pais, é um trabalho em conjunto.

IC-E: Oferecendo o alimento na boca.

IC-F: Não tem muito o que fazer, acabam aceitando a comida por conta do tempo.

IC-G: Misturando a comida.

IC-H: Trabalhando com projetos sobre alimentação.

IC-I: Respeitando os horários certos de comer.

IC-J: Fazendo um pouco de chantagem.

Discussão e Conclusão

Apesar de destacar-se, no momento da entrevista, a existência no ambiente escolar de crianças que se alimentavam de forma adequada e outras nem tanto, em todas as ICs verificou-se a atenção somente para as “crianças que não comem”, excluindo as “crianças que comem”. Segundo Rotenberg & Vargas (2004), em um estudo que buscou acessar as percepções, experiências e valores das mães sobre a alimentação das crianças moradoras da Rocinha (RJ), a criança denominada “que come” refere-se àquela que come tudo e de tudo. Por outro lado, a criança “que não come” segundo estes pesquisadores, seria aquela que oferece resistência à ingestão tanto quantitativa quanto qualitativa, da alimentação cotidiana, percepção que fica muito próxima ao encontrado nos depoimentos dos educadores de Jandira. Neste sentido, todas as ICs citadas, ou seja, práticas adotadas para promover a alimentação saudável, eram empregadas com as crianças que não comiam quantitativamente e qualitativamente de forma adequada.

A IC-A (*Por meio da conversa, sentando do lado, brincando, insistindo*), foi mencionada pelas duas categorias de educadores, identificando esta técnica como uma forma de lidar em situações onde as crianças não se alimentam adequadamente. Constatou-se que, para estimular a alimentação saudável, estes profissionais utilizavam-se de algumas ações do cotidiano, como por exemplo a conversa, vista como uma técnica para convencer a criança a se alimentar, explicando o que, por quê e para que comer, e nos casos mais difíceis sentavam ao lado da criança, brincavam e contavam histórias. Paula e Oliveira (2000) em uma pesquisa sobre as relações sociais cotidianas durante as refeições em uma creche, observaram que a técnica da conversa é utilizada como um recurso para convencer a criança a comer.

O ato de sentarem-se junto das crianças, conduta que também aparece na IC-A, de acordo com Ferreira et al (2004), é recomendado pois a presença de educadores sentados à mesa junto com as crianças, até mesmo comendo a mesma refeição é uma ótima oportunidade de favorecer a educação alimentar.

Outra prática muito presente nas falas dos profissionais sem formação específica foi a IC-B (*Oferecendo outros alimentos*). Os educadores relatavam a dificuldade de alimentar as crianças e acreditavam que o importante era não deixá-las sem comer nada, então se as crianças não aceitavam a alimentação oferecida durante as refeições, substituíam por outro alimento: “*se a criança não comer ofereço sucos ou bolachas*”. De acordo com Jorge (2006) trata-se de uma conduta inadequada, pois neste grupo etário, o adulto é responsável por oferecer às crianças um ambiente que não estimule a ingestão excessiva de alimentos densos em calorias e rico em gorduras e/ou açúcares, protegendo-as do contato precoce com estes tipos de alimentos, favorecendo assim a formação de hábitos alimentares adequados.

Para Vitolo (2003), nestes casos de recusa alimentar freqüente, pode-se ter a “inapetência alimentar comportamental” que se caracteriza pela recusa aos alimentos e, ao observar que essa tática funciona, cria-se um círculo vicioso difícil de ser rompido, o adulto segundo esse autor acaba permitindo que a criança consuma alimentos de fácil aceitação, sem nenhuma restrição, como os oferecidos pelos educadores.

Em estudo realizado por Birch (1992), verificou-se que a exposição repetida a novos alimentos ou sabores com crianças pré-escolares indicou que o alimento não pode ser apenas percebido visualmente ou pelo odor, a criança necessita provar o alimento diversas vezes, mesmo que inicialmente em quantidades pequenas, isto produzirá um condicionamento, aumentando a aceitação do alimento. Ou seja, no presente estudo, os educadores em caso de recusa de algum alimento por parte das crianças não deveriam imediatamente oferecer outro alimento, principalmente os alimentos não adequados para a refeição em questão, mas sim apresentar novamente o alimento recusado anteriormente. Ainda, segundo Birch (1992), geralmente, o aumento da aceitação para o novo alimento ocorre após, aproximadamente 12 a 15 apresentações do alimento, podendo neste período ocorrer desistência por parte dos adultos, pois passam a acreditar que a criança não gosta do alimento.

A IC-C (*Incentivando a comer com as outras crianças*) foi outra idéia frequentemente lembrada pelo grupo dos educadores sem formação específica. Os profissionais acreditavam que as crianças poderiam ser estimuladas a comer por influência de outras, por meio da imitação. Tal como afirmava Bassedas et al (1999) “as crianças da educação infantil, muitas vezes, aprendem por imitação daquilo que vêem e vivem ao seu redor. Imitam as expressões, a maneira de agir, as atitudes e os comportamentos das pessoas que lhes rodeiam”. A imitação no desenvolvimento infantil tem sido estudada sob diferentes perspectivas, atribuindo a esse

processo relevância e interpretação diferenciada dependendo da teoria em questão, porém todas de forma positiva.

Outra ideia presente foi a IC-D (*Conversando com os pais, é um trabalho em conjunto*). Estes profissionais declararam que para promover a alimentação saudável das crianças na escola a prática adotada foi conversar com os pais das crianças, pois se trata de um trabalho em conjunto, ou seja, somada as ações desenvolvidas no ambiente escolar é importante conhecer as opiniões e condutas dos pais em casa. Birch (1998) já afirma que é importante destacar que as estratégias que os pais utilizam na hora da refeição para ensinar as crianças sobre o que e o quanto comer também desempenham papel preponderante no desenvolvimento do comportamento alimentar infantil.

Nesse sentido, Bernadon et al (2009), em seu estudo sobre a capacitação em alimentação e nutrição de educadores de ensino infantil e fundamental, enfatizou que o estímulo e a articulação pelo educador da participação de diversos membros da comunidade escolar, durante as fases de planejamento e realização de ações educativas em saúde são fundamentais para o alcance dos objetivos de acordo com as necessidades da comunidade.

É necessário realizar ações que possam ser compartilhadas com o núcleo familiar, procurando organizar estratégias que possibilitem socializar conhecimentos e refletir conjuntamente com as famílias a respeito dos procedimentos a serem desenvolvidos com as crianças (Amaral et al, 1996). Assim, a escola deve realizar um trabalho compartilhado e não de substituição à família, pois ambas possuem responsabilidades e papéis específicos frente à educação e cuidado com a criança.

Por outro lado a IC-F, também uma das frequentemente citadas pelos educadores sem formação específica, mostra uma percepção contrária a todas aquelas apresentadas anteriormente. Os educadores desse grupo expõem “não ter muito que fazer” no caso da criança que não se alimenta “*Não tem muito o que fazer, acabam aceitando a comida por conta do tempo*“. Esses profissionais não acreditavam que eles poderiam influenciar, independentemente se de uma forma adequada ou não, na decisão das crianças de se alimentarem.

Mir (2004), a partir da teoria de Vygostky (Mir, 2004) que pressupõe que o meio social influencia a aprendizagem, observou que a criança constrói suas estruturas cognitivas, não sozinha, mas a partir de influência das pessoas à sua volta. Baseada neste pensamento pode-se dizer que as práticas dos educadores dos IC-F são inadequadas, dado o poder de influência destes atores no processo de aprendizado e conseqüentemente, no desenvolvimento das crianças.

Quanto aos educadores com formação específica, uma das ideias constantes foi a IC-D (*Conversando com os pais, é um trabalho em conjunto*) discutida anteriormente, que também apareceu frequentemente nas falas dos educadores sem formação específica.

A IC-E (Oferecendo o alimento na boca), inclui-se nas práticas frequentemente lembradas pelo grupo dos educadores com formação específica. Esse tipo de atitude para as crianças nessa fase etária não é apropriada, assim como disfarçar alimentos, “camuflar” os alimentos oferecidos, distrair a criança na hora das refeições, coagir a criança a consumir alimentos saudáveis para então ganhar recompensas ou outros alimentos, pois podem gerar uma verdadeira desestruturação do comportamento alimentar. O uso dessas estratégias produz um efeito imediato, mas a curto prazo. A longo prazo promove uma ação negativa na preferência do alimento consumido (Birch et al, 1987) (Stein e Ramos, 2000).

Os adultos, como os profissionais deste estudo, costumam limitar determinadas ações infantis no momento das refeições e promover outras de acordo com a concepção cultural que têm de crianças e do seu próprio papel como educador (Paula e Oliveira, 2000). Rotenberg & Vargas (2004), em um estudo que objetivou compreender as percepções, experiências e valores das mães sobre a alimentação das crianças moradoras da Rocinha (RJ), verificaram, que na ânsia de que as crianças ficassem alimentadas, algumas mães apresentavam práticas alimentares inadequadas, por exemplo: a partir da queixa “que a criança não come” as mães ou forçavam a criança a comer ou substituíam a comida por outros alimentos não adequados, esta última também identificada nessas escolas com os educadores. A alimentação requer conhecimento e atitude assertivas tanto por parte dos profissionais que atuam nos cuidados destas crianças, a fim de auxiliá-las a superar esta fase com um aporte adequado de nutrientes e com hábitos alimentares adequados, reduzindo desta maneira os riscos e prejuízo à saúde (Marins e Rezende, 2004).

Na IC-H (*Trabalhando com projetos sobre alimentação*), representado somente pelos profissionais com formação específica na área, referem o desenvolvimento de projetos que envolvem várias atividades de alimentação. Assim, como estes educadores, Resk & Gomes (2004) também acreditavam que a qualidade do trabalho desenvolvido nas escolas dependem de um projeto coletivo e da organização das ações realizadas por toda equipe escolar. E de acordo com Devries et al (2004), os projetos de alimentação desenvolvidos juntos às crianças de educação infantil devem considerar alguns itens quando planejadas, como: os objetivos; faixa etária do grupo alvo; número de crianças envolvidas; local; duração; materiais

utilizados; os temas de alimentação a serem abordados; definição das etapas e quais os produtos finais deste projeto, forma de avaliação, entre outros.

A falta de planejamento, a indefinição de papéis e funções dos membros da equipe envolvida pode sobrecarregar alguns e gerar improvisações principalmente nas atividades educativas, dificultando a estruturação adequada destes projetos, e refletindo no desempenho e envolvimento dos educadores nas atividades (Bógus et al, 2007).

Observou-se que os educadores utilizavam diferentes práticas para promover a alimentação saudável das crianças nas escolas. Algumas destas estratégias eram recomendadas por pesquisadores da área para as crianças desta idade, como as baseadas na imitação e na conversa, e outros recursos eram desaconselhados, por gerarem a desestruturação do comportamento alimentar, como as chantagens ou a camuflagem dos alimentos. Além disso, verificou-se que todas as práticas citadas eram direcionadas somente para as “crianças que não comem”, excluindo as “crianças que comem”.

Identificou-se que as ICs mais frequentes no grupo dos educadores com formação específica eram aquelas referentes às práticas que utilizam a conversa, o diálogo, o incentivo, sentando ao lado da criança compartilhando o momento da refeição; conversando com os pais de modo que a família participasse e trabalhando com projetos de alimentação. Entre essas ICs percebeu-se também práticas não adequadas, por exemplo a IC-E (Oferecendo alimento na boca), porém observou-se uma preocupação desses profissionais não só com as ações que envolvem o cuidado da criança, ou seja, com o ato da criança se alimentar durante as refeições para que cresçam e se desenvolvam adequadamente, mas que o tema alimentação igualmente fizesse parte do projeto político pedagógico, interagindo com outros temas abordados na escola e envolvendo os pais dessas crianças, descaracterizando o papel exclusivamente assistencialista que no passado representavam essas instituições de educação infantil.

O tema alimentação deve estar inserido no Projeto Político Pedagógico da escola para que o momento da refeição deixe de ser apenas uma tarefa de atendimento às necessidades nutricionais dessas crianças, conscientizando toda a comunidade escolar de sua função educativa, nos momentos das refeições. Este programa deve, ainda, seguir as necessidades de cada população a fim de corrigir os principais erros alimentares que possam trazer futuros problemas à saúde dessas crianças, e as atividades pedagógicas desenvolvidas devem estar de acordo com as especificidades de aprendizagem do grupo etário (Silva et al, 2010).

As ICs mais frequentes no grupo dos educadores sem formação específica, demonstraram uma preocupação com o momento da refeição e com ações que incentivem as crianças a se alimentarem, entre elas: conversar, insistir, sentar ao lado das crianças durante as refeições, substituir por outros alimentos, incentivando a comer colocando as crianças que não comem junto com as que comem e até não insistir deixá-las pois com o tempo acabam aceitando. Notou-se que as práticas eram dirigidas principalmente ao ato de comer visando uma boa alimentação, visto mais como um ato de cuidado para promover um desenvolvimento sadio. Em um estudo que analisou os conhecimentos e práticas de agentes educacionais e professoras relacionados à alimentação infantil em Araraquara, um município de São Paulo, Silva et al (2010), concluiu que a preocupação maior dos profissionais participantes era atender as necessidades nutricionais das crianças por meio de uma boa alimentação, deixando, em segundo plano, as atividades pedagógicas, as quais poderiam ser realizadas em um programa de educação nutricional.

Algumas ICs foram mais mencionadas em um grupo do que em outro, o que possibilitou uma discussão sobre “cuidado versus práticas”, contudo destaca-se que grande parte das ICs, mesmo que em frequências diferentes, esteve presente em ambos os grupos. Assim acredita-se que não é possível afirmar que certamente houve uma discrepância considerável entre eles, uma vez que havia proporcionalmente mais educadores no grupo dos sem formação específica.

Sabendo-se da importância desse profissional no ambiente escolar que dispõe de uma posição estratégica e de suma importância, transformando-se em um promotor de hábitos alimentares saudáveis, é primordial que esses profissionais tenham não somente o conhecimento técnico mas consciência e habilidades para promover a alimentação saudável entre as crianças.

Neste sentido, concluiu-se que ainda é necessário investimentos na capacitação desses profissionais, de ambos os grupos, o desenvolvimento de estratégias para a inclusão de temas relacionados com alimentação e nutrição com destaque para a infância em Projetos Político Pedagógicos dos cursos de formação básica e de formação continuada destes profissionais. Preocupando-se com a qualidade e o conteúdo destes cursos, para que não sejam apenas mais uma exigência a ser cumprida por determinação da lei para que exerça a função de educador, mas que o profissional seja capacitado para atuar na promoção da educação global das crianças, inclusive no que se refere às questões da alimentação adequada, incluindo todos os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais da alimentação.

Referências

- BASSEDAS E.; HUGUET T.; SOLÉ I. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre, Artes Médicas; 1999.
- BERNARDON R. et al. Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. **Rev. Nutrição**, Campinas, maio/jun; v. 22, n. 3, p. 389-398, 2009.
- BIRCH L. L. Psychological influences on the childhood diet. **Journal of Nutrition**; n.128, p. 407S-410S, 1998.
- BIRCH L. L. Children's preferences for high fat foods. **Rev. Nutrição**, Campinas; v. 50: p. 249-55, 1992.
- BIRCH L. L et al. "Clean up your plate": effects of child feeding practices on the conditioning of meal size. **Learn Motiv**; v. 18, p. 301-17, 1987.
- BÓGUS C. M. et al. Cuidados oferecidos pelas creches: percepções de mães e educadoras. **Rev. Nutrição**, Campinas; v. 20, n. 5, p. 499-514, 2007.
- CASTRO, I. R. R.; SOUZA, T. S. N. Formação de multiplicadores para a promoção da alimentação saudável, projeto culinária, saúde e prazer. In: Diez-Garcia, R. W. (org.); Cervato-Mancuso, A. M. **Mudanças Alimentares e educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, p. 231-244.
- DAVANÇO G. M.; TADDEI J. A. A. C.; GANGLIANONE C. P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não-expostos a curso de educação nutricional. **Rev Nutrição**, Campinas; v. 17, n. 2, p. 177-184, 2004.
- DEVRIES, R. et al. **O currículo construtivista na educação infantil: práticas e atividades**. (Trad. Vinicius Figueira). Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FERREIRA A. M. A.; HOLLAND C. V.; FARIA M. P. O. A alimentação da criança. In: Santos Less. **Creche e pré-escola: uma abordagem de saúde**. São Paulo: Artes Médicas; 2004.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil). Censo Escolar: Inep; 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>. Acesso em: 29/dez/2009.
- JANDIRA (Município) Prefeitura do Município. **Dados Gerais**. Brasil: Prefeitura do Município de Jandira; 2009. Disponível em: <http://www.jandira.sp.gov.br>. Acesso em: 29/dez/2009.
- JODELET D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ; 2001.

JORGE I. M. G. **Preferências e grau de aceitação de alimentos por pré-escolares com excesso de peso, matriculado em creches e pré-escolas da COSEAS/ USP** [dissertação de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2006.

LEFÈVRE F.; LEFÈVRE A. M. C. **Pesquisa de representação social: um enfoque qualitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo**. Brasília: Líber Livros Editora; 2010. 224p

LEFÈVRE F.; LEFÈVRE A. M. C. O sujeito coletivo que fala. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, jul/dez, v. 10, n. 20, p. 517-524, 2006.

LEFÈVRE F.; LEFÈVRE A. M. C. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Líber Livros Editora; 2005.

MARINS S. S.; REZENDE M. A. Fatores que influenciam a aceitação alimentar de crianças de 3 a 6 anos em instituições de educação infantil: uma revisão bibliográfica. **Rev Paulista de Enfermagem**, v. 23, n. 1, 70-75, 2004.

MIR G. M. A criança e seu crescimento: aspectos motores, intelectuais, afetivos e sociais. In: Arribas TL, editor. **Educação infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar**. Porto Alegre: Artmed; 2004.

PACHECO A. L. P. B.; DUPRET L. Creche: desenvolvimento ou sobrevivência? **Rev. Psicologia**, Universidade de São Paulo, São Paulo; v. 15, n. 3, p. 103-116, 2004.

PAULA E. M. A. T.; OLIVEIRA Z. M. R. O. Comida, diversão e arte: o coletivo infantil no almoço na creche. In: Zilma, M. R. O. (editor). **A criança e seu desenvolvimento: perspectivas pra se discutir a educação infantil**. São Paulo: Cortez; p. 85-104, 2000

RESCK Z. M. R.; GOMES E. L. R. Gerenciamento em creche e pré-escola. In: Santos L E. S., organizadora. **Creche e pré-escola: uma abordagem de saúde**. São Paulo: Artes Médicas; 2004.

ROTENBERG S.; VARGAS S. D. Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família. **Rev. Brasileira de Saúde Materno Infantil**; v. 4, n. 1, p. 85-94, 2004.

SANTOS L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev Nutrição**, Campinas; v. 18, p. 681-92, 2005.

SCHMITZ B. A. S. et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cad Saúde Pública**, v. 24, n. 2, S312-S322, 2008.

STEIN L. M.; RAMOS M. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. **Journal of Pediatric**; v. 76, n. 3, p. 229S-237S, 2000.

SILVA A. C. A; TELAROLLI JUNIOR R.; MONTEIRO M. I. Analisando conhecimentos e práticas de agentes educacionais e professoras relacionados à alimentação infantil. **Rev. Ciência e Educação**; v. 16, n. 1, p. 199-214, 2010.

SOEJIMA, C. S.; BOLSANELLO, M.A. Programa de intervenção e atenção precoce com bebês na educação infantil. **Educ. rev.** mar 2012, n. 43, p. 65-79, 2012.

VITOLLO M. **Nutrição: da gestação à adolescência**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores; 2003.

**PRACTICES TO PROMOTE HEALTHY EATING AMONG CHILDREN FROM
PUBLIC DAY CARE CENTERS OF A CITY IN SÃO PAULO METROPOLITAN
AREA.**

Abstract

Objective: To identify the perceptions and practices adopted by educators in the school environment to promote healthy eating among children between 2 and 4 years-old, in Jandira, São Paulo. **Methods:** We used the Collective Subject Discourse methods, which is based on the Theory of Social Representations. It permits the organization of qualitative data, obtained by means of interviews them. **Results:** It has been found that, for most educators, children's healthy eating must include variety and diversity. In order to promote it, they use dialog and stimuli, such as sitting with children during their meals or leaving them in the company of others who usually eat in an adequate manner. They replace food children dislike with other ones and even "disguise" food and use "threats" to further intake. Some of success activities are taken in the classroom, besides vegetable eating in the garden and food degustation. Although the educators describe their own eating as not healthy, they are sure about their capacity to develop these activities, because they work for a long time with children and have their own children. **Conclusion:** The educators' perceptions and practices about children eating are still deficient compared with the promotion parameters to healthy eating practices for children on this age.

Keywords: Feeding in school, Healthy foods, Food habits, Nutrition Education.

Agradecimentos:

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.